

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 6.531, de 2009

Cria o Vale-Esporte e dá outras providências.

Autor: Deputado DELEY

Relator: Deputado CARLOS EDUARDO CADOCA

I - RELATÓRIO

Esta proposição institui o Vale-Esporte no valor de cinquenta reais, a ser fornecido ao trabalhador pela empresa na qual trabalha, de caráter pessoal e intransferível, válido em todo o território nacional, para ser utilizado no acesso a eventos desportivos.

A pessoa jurídica inscrita como beneficiária do Vale-Esporte poderá deduzir o valor despendido na aquisição desses vales, como despesa operacional, no cálculo do lucro real, quando da apuração do Imposto sobre a Renda.

O Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 17, II, a, determinou a distribuição desta matéria à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e à Comissão de Turismo e Desporto (CTD), para exame de mérito com apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD; à Comissão de Finanças e Tributação, para exame de mérito com apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do RICD; e para apresentar parecer terminativo sobre adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 54 do RICD; e à Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania (CCJC), cujo parecer será terminativo acerca da juridicidade e constitucionalidade da matéria, nos termos do art. 54 do RICD. Esta proposição segue o regime de tramitação ordinária.

Na CTASP, a proposição foi aprovada, nos termos do parecer da Deputada Manoela D'Ávila.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Cumpre-me, por designação da Presidência da Comissão de Turismo e Desporto, a elaboração de parecer sobre o mérito desportivo da proposta em exame.

II - VOTO DO RELATOR

Esta proposição institui o vale-esporte, a ser fornecido ao trabalhador com renda de até cinco salários mínimos pela empresa na qual ele trabalha e que tenha se inscrito no respectivo programa, o qual a autoriza a contabilizar, como despesa operacional no cálculo do lucro real, na sistemática do Imposto de Renda, as despesas realizadas com o fornecimento dos vales.

A iniciativa é meritória em vários aspectos. Primeiro, por buscar mais uma forma de fazer cumprir o art. 217 da Constituição Federal, cujo **caput** determina que *“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”*, e cujo parágrafo quarto estabelece que *“O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”*. É, portanto, absolutamente meritória no aspecto desportivo.

Segundo, por não obrigar as empresas a fornecer o vale-esporte. De outra forma, apenas as incentiva, por meio da garantia de que elas poderão utilizar o valor despendido na aquisição dos vales como despesa operacional para o cálculo do lucro real na apuração do Imposto sobre a Renda.

Terceiro, por priorizar os trabalhadores que tenham renda de até cinco salários mínimos, numa demonstração de foco e de razoabilidade financeira.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 6.531, de 2009, do Sr. Deley.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Relator Deputado FÁBIO FARIA Relator Substituto Deputado CARLOS EDUARDO
CADOCA

